



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

## **SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CDC AO PL Nº 2.999, DE 2015**

NOVA EMENTA: Estabelece normas para a comercialização de passagens aéreas em sítios, aplicativos e demais canais eletrônicos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas para a comercialização de passagens aéreas em sítios, aplicativos e demais canais eletrônicos.

Art. 2º Os sítios eletrônicos, aplicativos e demais funcionalidades ou canais eletrônicos disponibilizados para a comercialização de passagens aéreas somente poderão ofertar a opção de aquisição de outros produtos ou serviços após a definição, pelos compradores, de todas as especificações de comodidades e serviços diretamente relacionados às passagens.

Parágrafo único. Para fins de cumprimento ao disposto no caput deste artigo, a oferta de produtos ou serviços que não estejam diretamente relacionados às passagens aéreas deverá:

I - ser precedida de alerta que esclareça que a aquisição do produto ou serviço ofertado não é necessária para a compra da passagem aérea, disponibilizando sempre ao comprador a opção de ir diretamente ao pagamento;

II - ser feita por meio de opção selecionável que indique, de forma clara e individualizada, os demais produtos e serviços disponíveis para aquisição;

Art. 3º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita os infratores às penalidades previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 4º Esta lei entra em vigor trinta dias após sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em 13 de setembro de 2017.

Deputado **RODRIGO MARTINS**  
Presidente